

# A dívida externa e a reunião de Nova York

Não sabemos exatamente por que nem o presidente do Banco Central do Brasil, prof. Pastore, nem qualquer outro representante da instituição, está presente em Nova York neste momento. É que lá se realiza uma reunião, que, mesmo não sendo decisiva e conclusiva para a questão da dívida externa, nos parece da maior importância, pela qualidade dos participantes e pela qualidade da temática.

Ao que tudo indica, o governo do Brasil, que é o maior devedor mundial e portanto deveria ter assento assegurado em quaisquer reuniões com semelhante agenda, não está querendo atribuir importância maior ao encontro de Nova York. Aliás, lá também parece ter havido atitude equivalente. Em artigo assinado, o comentarista econômico do N.Y. Times, Leonard Silk, nos informa que a Reserva Federal daquela cidade "tentou minimizar a importância dos três dias de reunião para tratar de formas de se lidar com a crise da dívida internacional".

Bem, tudo isso são eventos colaterais destituídos de maior interesse. O que nos parece de grande relevância é que se trata, segundo pensamos, do primeiro passo prático para realmente examinar o problema da dívida com enfoques diferentes daqueles até agora utilizados, e, mais que isso, de avaliar, no leque de sugestões isoladas que vêm sendo divulgadas um pouco por toda parte, aquela ou aquelas que realmente se mostrem viáveis.

Os participantes não poderiam ser mais apropriados: Paul Volcker, presidente da Reserva Federal americana; Jacques de Larosière, diretor administrativo do FMI; Alexandre Lanfally, que assumirá a direção do Banco de Compensações Internacionais (BIS); além de representantes do Banco Mundial, do Banco da Inglaterra e de cerca de 20 bancos centrais. Sem falar nos altos executivos dos principais bancos comerciais privados.

A questão é a seguinte: embora a bomba da dívida tenha sido desarmada, como parece pensar o *Economic Report* de um dos maiores bancos mundiais, o *Manufacturer's Hanover Trust*, isto é, embora a ameaça mais iminente de "quebra" em cascata de grandes bancos pareça superada no momento, o problema da sangria financeira dos países em desenvolvimento endividados não foi resolvido. Como esses países representam, no seu conjunto, hoje em dia, parcela importante do comércio mundial, e como as taxas de crescimento da economia internacional dependem bastante das taxas de crescimento desses países, uma vez que são os que apresentam maior potencial de crescimento e, havendo condições, maiores possibilidades de acelerar o crescimento, é evidente que não há esperanças para uma retomada segura e continuada do progresso econômico mundial enquanto eles permanecerem derrapando na questão da dívida.

Robert Roosa, ex-subsecretário do Tesouro norte-americano para assuntos monetários, acha, por exemplo, como informa Leonard Silk, que os EUA e outros países devem formar um fundo financeiro — cem bilhões de dólares ou algo equivalente — para permitir um alongamento dos prazos das dívidas, diminuindo os problemas que os elevados desembolsos anuais estão impondo aos países devedores.

Henry Wallich, membro da diretoria da Reserva Federal americana, está propondo um plano segundo o qual a componente dos juros anuais devida à inflação americana seria capitalizada, isto é, incluída na dívida e "rolada" para a frente, e assim os países devedores só teriam de desembolsar de fato, anualmente, a parcela referente a juros reais, ou seja, a parcela de juros propriamente ditos, e não de correção monetária embutida nos juros. É algo parecido com o que vem propondo o prof. Stephen Kanitz, da USP, por meio de artigos na imprensa.

Peter Kenen, professor da Universidade de Princeton, sugere que os empréstimos de alto risco a países em desenvolvimento sejam trocados por bônus com prazos de dez a 20 anos a serem emitidos por uma nova organização financeira mundial.

Enfim, soluções técnicas, conforme já dissemos várias vezes aqui, existem em abundância, umas mais, outras menos viáveis. No conjunto delas deve existir, é claro, uma solução ideal, a melhor, que combine pontos vantajosos de várias. A questão se resume, primeiro, em fazer um inventário dessas sugestões e selecionar aquelas que sejam tecnicamente mais aceitáveis; segundo, em estudar quais as medidas político-administrativas necessárias para implementá-las, seja nos países credores, seja nos países devedores; terceiro, em articular o esforço político para isso.

Mas é claro que o esforço político de implementação tem de ser precedido da vontade política de procurar soluções fora dos esquemas atuais, que meramente reproduzem a inadequação do sistema financeiro e monetário internacional em lidar com o tipo de crise que temos hoje.

Não podemos deixar de notar que se vêm intensificando as iniciativas políticas nesse sentido. Já havíamos comentado anteriormente a informação do secretário de Estado norte-americano, George Shultz, de que o governo do seu país deverá apresentar na próxima reunião de cúpula dos chamados "sete grandes" algumas idéias sobre como resolver a questão da dívida. Agora o secretário do Tesouro dos EUA, Donald Regan, em entrevista à TV americana, diz que é preciso encontrar uma alternativa à política atualmente desenvolvida, que é a de estudar "caso a caso" os problemas dos países com dívidas elevadas. Para isso seu país estará convocando uma nova reunião de banqueiros internacionais: "Há que se encontrar uma forma de melhor conduzir os problemas monetários internacionais" — declarou ele, enquanto funcionários americanos comentavam que a instabilidade política em nações latino-americanas endividadas e a perspectiva de aumento das taxas de juros americanas deram caráter de urgência ao problema.

O único que não tem nenhuma urgência, nem

parece interessado nessas iniciativas, é o governo brasileiro, talvez por já ter resolvido todos os seus problemas, isto é, estar prestes a ir para casa viver das glórias colhidas em tão profícuo mandato.